

“Proposta de empresário gaúcho é triste”



Galvêas considerou as sugestões repetitivas, inconsequentes e de economia “iniciante”

Se não fosse triste, o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse que teria achado muita graça nas críticas e “sugestões” feitas por César Rogério Valente, presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, em entrevista exclusiva ao *Jornal de Brasília*, publicada no último domingo.

As observações de César Rogério Valente podem ser resumidas em três pontos: 1) a negociação política da dívida externa brasileira, “criando, consequentemente um alívio interno neste País que permita uma retomada do desenvolvimento”; 2) “uma irrigação de capital de giro em níveis compatíveis, tirando-se o Estado do mercado aberto”; 3) imprescindibilidade do saneamento dos déficits das estatais.

No que tange à dívida externa, disse o Ministro Ernane Galvêas que as observações do presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul são simplesmente repetitivas, “acompanhando o coro de pseudo-entendidos que propugnam por uma negociação política da dívida externa, como se isso já não estivesse implícito em todas as negociações que têm sido realizadas pelo Governo brasileiro”.

— Por outro lado, continuou Galvêas — imaginar que uma negociação desta natureza “criaria, consequentemente, um alívio interno no país e a retomada do desenvolvimento” é coisa de principiante, sem qualquer experiência nessas negociações.

Já no que concerne a uma proposta de “irrigação de capital de giro a níveis compatíveis para ocupar a capacidade ociosa do parque produtivo deste país”, considera o Ministro da Fazenda ser “uma proposta inconsequente, de quem não tem compromissos com a realidade, pois qualquer estudante de economia sabe que a falta de capital de giro, numa situação altamente inflacionária, decorre fundamentalmente da falta de poupança e não é “irrigando capital de giro” que se conserta a situação.

“Buracos”

Em terceiro lugar, César Rogério Valente alega que os impostos que os brasileiros estão pagando são mais do que suficientes para cobrir os “buracos” das empresas estatais, e por isso, advoga a reentrada do Estado do mercado aberto. Assim, concluiu o Sr. Valente na entrevista publicada no domingo pelo *JBr*, que “é necessário equacionar o déficit público mediante o equacionamento do déficit das estatais, que representa o seu maior ônus”. Até aí, disse Galvêas, “morreu o Neves e falou o Conselheiro Acácio”. Para o Ministro da Fazenda, “para quem está de fora é muito fácil fazer esse tipo de sugestões”.

Finalmente, disse o Ministro Galvêas, é preciso acabar com esse empulhamento da opinião pública, repetindo-se, inconsequentemente, que “a recessão econômica no Brasil é o resultado da intransigência da área econômica do Governo em não aceitar uma mudança na política econômico-financeira através de um amplo entendimento com toda a sociedade”.

— Atualmente, todo mundo sabe que a crise não é só brasileira, é mundial, e está muito mais ligada à estagnação do comércio internacional, ao fechamento dos mercados e à perda acentuada nas nossas relações de trocas e ao pesado ônus das taxas de juros sobre a elevada dívida externa.